O CURSINHO PRÉ-UNIVERSITÁRIO DO PROGRAMA CONEXÃO DE SABERES DA UFPB: ESPAÇO DE ENSINO E DEBATE SOBRE QUESTÕES RELACIONADAS À CIDADANIA

Renildo Lúcio de Moraes¹, Maria Rozângela da Silva¹, Tereza Correia da Nóbrega Queiroz². Programa Conexão de Saberes/PRAC/UFPB

Resumo: O trabalho se propõe a refletir sobre a experiência vivenciada na disciplina Cidadania oferecida na 2ª turma do Curso Pré-universitário em João Pessoa, realizado no período de março a dezembro de 2006. A proposta surgiu a partir da necessidade de oferecer informações e ações diferenciais de cidadania, em consonância com os princípios do Programa, que trabalha as questões de empoderamento dos futuros profissionais que irão atuar na sociedade brasileira, contribuindo para formá-los na perspectiva da responsabilidade ética e cidadã. O objetivo da disciplina é produzir conhecimentos gerais relacionados aos direitos civis, políticos e sociais, possibilitando aos/às alunos/as de classes populares o acesso aos instrumentos de intervenção e defesa, relativos aos deveres e direitos de cada cidadã e cidadão.

Palavras-chave: cidadania, curso pré-universitário, educação.

INTRODUÇÃO

No Brasil, os desafios para ingressar em um curso superior, em especial nas universidades federais, são extremamente difíceis para os alunos de origem popular. A seleção de candidatos ainda é um processo elitista e a precariedade do ensino fundamental e médio da rede pública dificulta o acesso daqueles que vem de escolas públicas. Sabe-se que o ensino médio nas escolas públicas brasileiras nem sempre tem correspondido às diretrizes propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, devido a problemas de infra-estrutura, de motivação discente e docente, de orientação pedagógica, entre outros. Apesar dessas dificuldades, o número de alunos que concluem o ensino médio tem crescido significativamente nos últimos anos, aumentando a competição por uma vaga na universidade.

Considerando-se que a garantia plena da cidadania deve incluir a igualdade de acesso à educação em todos os níveis, é fundamental que se corrijam desigualdades no acesso ao ensino universitário no país.

Com esta preocupação surgiu em 2004 o Programa Conexões de Saberes: Diálogos entre a universidade e as comunidades populares, envolvendo 14 universidades federais, distribuídas entre cinco regiões do País. Na perspectiva do programa, conectar saberes é falar sobre a democratização do acesso à educação superior, é promover o intercâmbio entre os saberes produzidos na universidade e os produzidos pelos grupos populares. Ao apoiar os alunos de origem popular garantindo sua permanência na universidade, o programa vem apresentando resultado expressivo no processo de democratização da universidade. Os jovens de origem popular trazem para a vida universitária esperanças e experiências que precisam ser valorizadas e incorporadas ao saber crítico que a Universidade promove.

A própria Universidade tem muito a aprender com a crescente participação de estudantes oriundos de comunidades populares na vida acadêmica. A construção de uma

Aluna bolsista.

Aluno bolsista.

² Professora orientadora/coordenadora.

nova universidade, capaz de contribuir para o atendimento das demandas centrais de grandes parcelas da população, sem perder a excelência, é um desafio contemporâneo a que o Projeto Conexões de Saberes pretende responder de modo criativo e inovador.

Na UFPB, o programa é composto por dois Cursos Pré-Universitários, distribuídos nos Campus de João Pessoa e Areia e o Projeto Juventude Cultura e Cidadania que é desenvolvido nas comunidades populares de São Rafael e Nova República ambas no município de João Pessoa.

O objetivo dos cursos pré-universitários é aumentar a probabilidade de acesso de alunos/as originários/as de comunidades populares ao ensino superior, preparando-os/as para o exame de seleção do vestibular, aumentando os seus conhecimentos específicos e gerais e a sua auto-estima; por outro lado, ao selecionar estudantes de origem popular para atuarem no programa como bolsistas, o programa visa consolidar a permanência dos que já ingressaram, seja através da concessão de bolsa, seja através de apoio acadêmico via a orientação nas diversas atividades e a participação em grupos de estudo e pesquisa.

Refletindo sobre o espírito do programa e sobre a especificidade de um curso préuniversitário que refletisse os objetivos centrais do programa, a equipe coordenadora decidiu pela implantação de uma disciplina denominada Cidadania, que deveria ser ministrada pelos estudantes selecionados para o projeto Juventude, Cultura e Cidadania.

Este trabalho se propõe a retratar a experiência vivenciada nesta disciplina oferecida pelo Curso Pré-universitário do Programa Conexões de Saberes da UFPB - Campus I, em João Pessoa/PB, de março a dezembro de 2006. A proposta surgiu a partir da necessidade de oferecer informações e ações diferenciais de cidadania, em consonância com os princípios do Programa, que trabalha as questões de empoderamento dos futuros profissionais que irão atuar na sociedade brasileira, contribuindo para formá-los na perspectiva da responsabilidade ética e cidadã. O objetivo da disciplina é produzir conhecimentos gerais relacionados aos direitos civis, políticos e sociais, possibilitando aos/às alunos/as de classes populares o acesso aos instrumentos de intervenção, defesa, deveres e direitos de cada cidadã e cidadão.

CIDADANIA: UMA CONSTRUÇÃO PROBLEMÁTICA

A preocupação do projeto é apresentar o conceito de cidadania, problematizando suas raízes históricas e sua difícil construção na sociedade brasileira.

A origem da palavra cidadania vem do latim "civitas", que quer dizer cidade. Foi usada na Roma antiga para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou podia exercer. Segundo Dalmo Dallari,

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social (1988:14).

No Brasil, estamos gestando a nossa cidadania. Passos importantes foram alcançados com o processo de redemocratização e com a Constituição de 1988. Temos muito ainda a caminhar, pois ainda predomina uma visão reducionista da cidadania (votar, e de forma obrigatória, pagar os impostos... ou seja, fazer coisas que são vistas como impostas ao cidadão) e encontramos muitas barreiras culturais e históricas para a vivência da cidadania.

Somos filhos e filhas de uma nação nascida sob o signo da cruz e da espada, acostumados a "apanhar calados", a dizer sempre "sim senhor?", a "engolir sapos", a

achar "normal" as injustiças, a termos um "jeitinho" para tudo, a não levar a sério a "coisa pública", a pensar que direitos são privilégios e exigi-los é ser "boçal de metido", a pensar que Deus é brasileiro e se as coisas estão como estão é por vontade Dele.

Os direitos que temos não nos foram conferidos, mas conquistados. Muitas vezes compreendemos os direitos como uma concessão ou um favor. Contudo, a cidadania não nos é dada, ela é construída e conquistada a partir da nossa capacidade de organização, participação e intervenção social.

A cidadania não surge do nada como um toque de mágica, nem a simples conquista legal de direitos significa a realização destes. É necessário que o cidadão participe, seja ativo, e faça valer os seus direitos.

Construir cidadania é também construir novas relações e consciências. A cidadania é algo que não se aprende só com os livros, mas também com a convivência, na vida social e pública. É no convívio do dia-a-dia que exercitamos a nossa cidadania, através das relações que estabelecemos com os outros, com o Estado e meio ambiente. A cidadania deve ser perpassada por temáticas como a solidariedade, a democracia, os direitos humanos, a ecologia, a ética.

A cidadania é tarefa que não termina. A cidadania não é como um dever de casa, onde faço a minha parte, apresento e pronto, acabou. Enquanto seres inacabados que somos, sempre estaremos buscando, descobrindo, criando e tomando consciência mais ampla dos direitos. Nunca poderemos chegar e entregar a tarefa pronta, pois novos desafios na vida social surgirão, demandando novas conquistas e, portanto, mais cidadania.

A esfera pública é apontada por Habermas (1990) como ponto de encontro e local de disputa entre os princípios divergentes de organização da sociabilidade e os movimentos sociais, que, por sua vez, se constituiriam nos atores que reagem à reificação e burocratização dos domínios de ação estruturados comunicativamente, em defesa da restauração das formas de solidariedade postas em risco pela racionalização sistêmica.

A redefinição das relações entre Estado e Sociedade Civil³ no Brasil, no final da década de 1970, implicou a constituição, com muitos percalços, de uma esfera societária autônoma. A consolidação da Sociedade Civil brasileira está indissoluvelmente vinculada não apenas à emergência de movimentos sociais, mas também ao "processo pelo qual atores sociais modernos e democráticos surgiram, adquiriram uma nova identidade democrática e passaram a pressionar o Estado e o sistema político a se adaptarem a uma nova concepção acerca da moderna institucionalidade democrática" (Avritzer, 1994:290).

Levando em conta a complexidade do tema, formulou-se um programa de curso que, ao lado de uma discussão conceitual, trabalhasse as dificuldades da construção da cidadania no cotidiano dos estudantes de origem popular que constituem os alunos do curso pré-universitário.

METODOLOGIA

O Cursinho pré-universitário do Programa Conexão de Saberes é desenvolvido pela Universidade Federal de Paraíba (UFPB), em parceria com a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Médici, e foi oficialmente iniciado em março de 2006. O Cursinho é composto de 120 estudantes de ambos os sexos e oriundos de bairros populares de João Pessoa e cidades vizinhas, que estudaram em escolas públicas e participaram de um processo seletivo para ingressarem no mesmo. O diferencial é o fato desse cursinho pré-universitário, sobretudo na disciplina cidadania, trazer conteúdos programáticos

-

³ Ver Constituição Federal de 1988.

abordando-os de modo a estimular o raciocínio lógico e a reflexão crítica dos estudantes, características fundamentais para a vida universitária e participação cidadã.

As aulas de cidadania são desenvolvidas por estudantes dos Cursos de Graduação em Ciências Sociais, Serviço Social e Comunicação Social que participam do Projeto: Juventude, Cultura e Cidadania. As aulas tem se diferenciado da "herança educacional que recebemos de um ensino letrado e livresco (que) tem constituído uma barreira intransponível para todas as tentativas de instrumentalizar o ensino e dar-lhe funcionalidade" (Menezes Neto, 1983:128).

O método utilizado nesta disciplina é fundamentado sobre os aportes teóricos e metodológicos da educação popular, na linha da problematização, relação dialógica, e aprendizado coletivo, por isso as diversas atividades desenvolvidas constituem um processo contínuo e integral de construção, desconstrução e reconstrução da própria experiência da realidade e dos conhecimentos trazidos pelos estudantes.

Utiliza-se uma metodologia dinâmica e participativa, através de rodas de diálogos, palestras, seminários e oficinas, buscando a integração dos estudantes e seu envolvimento nas atividades propostas, permitindo que os mesmos discutam sobre questões relacionadas à cidadania trazendo exemplos experimentados em seu próprio cotidiano. O conteúdo do programa foi o seguinte: Cidadania, organização social e política; Cidadania seu significado no tempo; Cidadania e inclusão social; A função da Educação; o ensino público, gratuito e de qualidade; Cidadania e Trabalho: Os preconceitos de gênero, etnia e idade; Cidadania e Saúde; Políticas públicas voltadas para saúde; A função da previdência: outro espaço de cidadania; Políticas da Assistência Social no Brasil, O papel da juventude na construção da cidadania; Políticas públicas para juventude no Brasil.

As aulas desenvolvidas se configuram como uma ação educativa inclusiva que busca garantir o protagonismo estudantil, tornando os estudantes conscientes de seus direitos e deveres. O referencial teórico é entendido como uma chave de análise sistêmica dos aspectos opressivos e libertadores, presentes de modo multiplural, nesta mesma realidade. Por isso a importância de fazer as perguntas que podem decodificar o que foi estabelecido como intocável e inquestionável. Para que se retorne à experiência vivida, com a possibilidade de transformá-la de forma criativa, histórica e com a memória de transformações propostas por outros grupos, ao longo da história brasileira.

É de fundamental importância o papel reservado à educação na construção de cidadãos e cidadãs empoderados de seus direitos e deveres em uma sociedade. Podemos dizer ainda que "a educação popular pode ser, concretamente, um instrumento de desenvolvimento da consciência crítica, na medida em que aponta instrumentos para que os agentes populares de transformação sejam capazes de viver, ao longo de sua ação, essa dinâmica do concreto na relação ação-reflexão (....). Em termos práticos, é possível conceber uma Educação Popular participante como forma de ação transformadora, na medida em que ela cria situações para permanente reflexão-revisão dos dois pólos: realidade existente – ação necessária" (Barreiro, 1980).

O mesmo autor ainda ressalta que a Educação Popular tem como fundamento a necessidade e a possibilidade de que o sistema seja transformado pelo povo, para que possa transformar-se plenamente em agente de sua própria história.

A teoria sem o conhecimento prático das necessidades da sociedade que nos cerca, acaba nos afastando cada vez mais da realidade. Torna o ensino rígido e sem criatividade para as dificuldades encontradas no dia a dia e além de tudo, o aprendizado desinteressante. O trabalho do professor é dar experiências ricas aos estudantes, o bom ensino é reconhecido pela qualidade das experiências a que os estudantes são submetidos. Observar é também uma forma de descobrir informação, sendo uma parte do processo de reação significativa ao mundo (Kathu, 1977).

A educação a partir de uma perspectiva humanista é entendida como um importante instrumento para a realização pessoal, para a expressão das particularidades e para o crescimento existencial Rogers (1986). Ele afirma que educar significa dar ao estudante a liberdade necessária para que este exercite sua potencialidade de auto-realização. Além disso, a educação qualifica os atores políticos para a intervenção no espaço público. O resultado esperado em uma metodologia acadêmico-participativa que se inspire nas teorias dos autores acima é centrada na afetividade com vistas a contribuir para que os estudantes sintam-se cada vez mais apropriados pelos saberes construídos, trocados e adquiridos, contribuindo para seu crescimento humano, social e político.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados alcançados ao final do projeto de 2006 deixaram-nos animados/as, com a certeza de que muito trabalho ainda há por fazer em 2007. Destacamos alguns resultados, como por exemplo: a participação dos estudantes na luta pela isenção da taxa do vestibular da UFPB; A organização de campanhas e ações solidárias para ajudar a melhorar o cursinho pré-universitário e colegas que viviam em situação financeira difícil; A participação de dois representantes do cursinho no Seminário Nacional do Programa Conexões de Saberes na UFRJ – Rio de Janeiro de 30/11 a 03/12/2006, sua contribuição no processo de criação do Fórum dos Estudantes de Origem Popular da Paraíba – núcleo UFPB Campus I - FEOP/PB, que é um espaço de atuação e luta dos estudantes no que tange às questões que envolvem acesso e permanência na UFPB, e de modo geral, no ensino superior. Os objetivos do Fórum são: discutir e construir, através do diálogo entre os participantes e as universidades públicas locais, políticas públicas que venham garantir a igualdade de acesso e a permanência dos estudantes de origem popular no Ensino Superior público, gratuito e de qualidade, além da conquista de seus direitos exercidos através de uma visão crítica do mundo e da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, L. Modelos de Sociedade Civil: uma análise da especificidade do caso brasileiro. In: AVRITZER, L. *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

BARREIRO, J. Educação popular e conscientização. Petrópolis: Vozes, 1980. 188p.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil: 1988. Ed. Senado, Brasília, 2004.

DALLARI, Dalmo. Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Moderna, 1998.

FREIRE, P. Conscientização: Teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3ª. ed. São Paulo: Moraes, 1980. 102p.

HABERMAS, J. Soberania popular como procedimento: um conceito normativo de espaço público. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v.26, p. 100-113, 1990.

KATHU, L. E. et al. Ensinar a pensar: Teoria e aplicação. 2ª. ed. São Paulo: EPU, 1977.

MENEZES NETO, P. E. Universidade: ação e reflexão. Fortaleza: UFC, 1983. 234 p.

ROGER, Carl, Liberdade de Aprender em Nossa Década, 2ª. Edição, Porto Alegre, 1986.

Endereços para contato com autores: Renildo Lúcio de Moraes – (83) 8872.8556, renildolmoraes@yahoo.com.br; Maria Rozângela da Silva – (83) 9979.3201, rozangelafsilva@yahoo.com.br, Tereza Correia da Nóbrega Queiroz - (83) 9332-9291, terezaq@uol.com.br.